

# A REPÚBLICA EM SETÚBAL

- A REVOLUÇÃO CHEGOU DE VÉSPERA

*Albérico Afonso*

---

Na tarde de 4 de Outubro de 1910 chegavam a Setúbal os mais desencontrados boatos sobre o que se passava em Lisboa.

No Centro Republicano, atulhado de gente, aguardam-se notícias. As comunicações com Lisboa haviam sido cortadas, pelo que se sente no ar uma forte inquietação que a espera irá agudizar. À medida que o tempo passa e os discursos se somam, a inquietação dá lugar a uma generalizada vontade de acção. À porta do Centro Republicano, na Rua das Esteiras, aguardava já uma multidão.

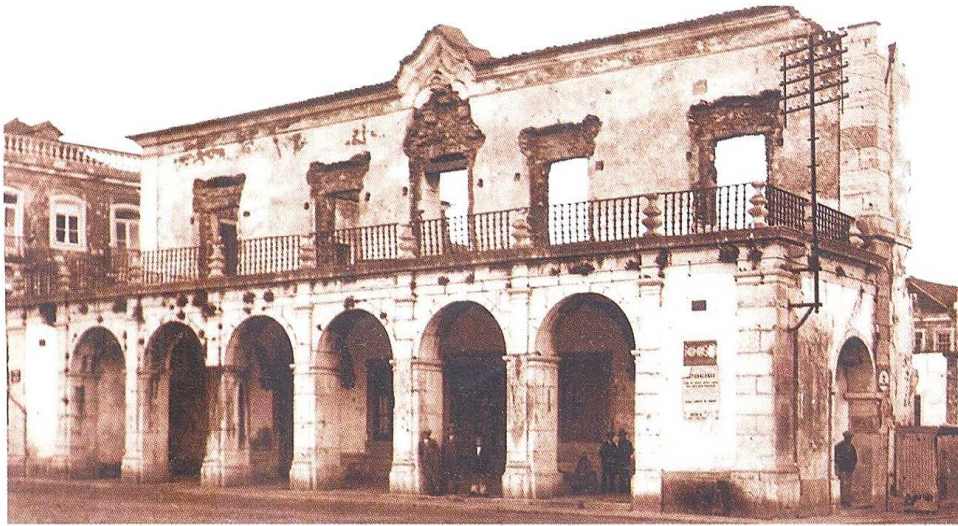
A sala do centro esvazia-se e os seus ocupantes, em conjunto com a multidão que esperava apenas um primeiro sinal, saem para as ruas da cidade dando vivas à revolução e à República. Era já a hora da saída das fábricas, pelo que ao cortejo inicial se soma agora a massa operária. A cidade fazia a sua revolução.

Ao chegar à Praça do Bocage a multidão encaminha-se, certa, para a esquadra da polícia que funcionava na Câmara Municipal. O chefe das forças policiais é intimado a hastear a bandeira republicana, o que recusa. De dentro da esquadra são disparados tiros de revólver, gota de água para o ajuste de contas que a população setubalense há muito ansiava por saldar com a polícia monárquica.

A esquadra é invadida e incendiada. Os polícias fogem, alguns pelo telhado. Em pouco tempo esta espécie de Bastilha setubalense deixava de existir. A cidade não esperou pelo telégrafo: a Monarquia, em Setúbal, chegava ao fim.

A noite prosseguiu iluminada pelos restos do incêndio que reduziu a escombros o velho edifício, símbolo do poder monárquico.

Mas outros símbolos, igualmente incendiados, iluminaram a noite revolucionária de 4 para 5 de Outubro. A Igreja do Coração de Jesus, ocupada pelos jesuítas, e o convento de Brancanes, habitado pelos franciscanos, têm igual destino. A igreja do Coração de Jesus é assaltada pela multidão em delírio. Identificada como um “coio jesuítico”, aquela igreja ficará em breves minutos reduzida a



Ruínas da CMS depois do incêndio ocorrido em 4 de Outubro de 1910. Coleção particular Fernando Marcos.

cinzas, depois de devidamente arrombada a porta de entrada. De seguida os manifestantes dirigem-se para o convento de Brancanes, ocupado por frades da ordem franciscana que é igualmente saqueado e posteriormente incendiado.

Luís Silveira, jornalista, mais de trinta anos depois, sob a batuta do Estado Novo, entra no coro afinado dos que vão denegrir a República, com um relato pictórico de veemente condenação aos acontecimentos dessa noite:

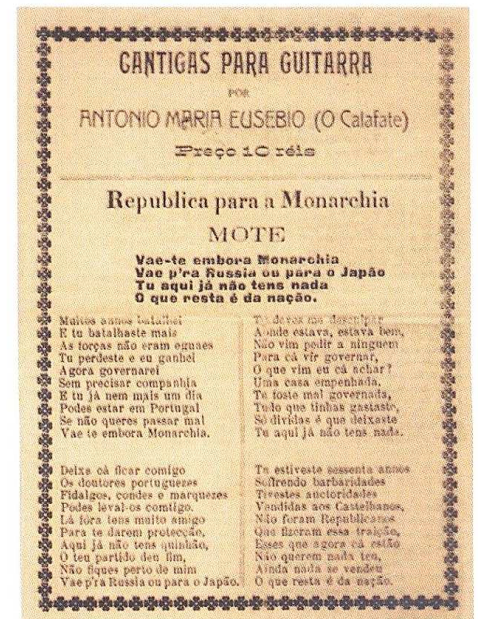
“No largo fronteiro, uma fogueira; e arremessadas sobre ela, numa fúria de destruição inconcebível, imagens várias, que guardavam os altares da igreja, alimentavam essa fogueira infernal, à volta da qual a turba desconhecida, de pé-descalço, desprezível, ululava em gritos de canibalesca selvajaria!” (Silveira, 1939).

A descrição, parcial e tendenciosa, reflecte, no entanto, um ressentimento feroz, que perduraria no seio da Igreja Católica.

A propaganda republicana e anarquista sempre haviam responsabilizado a Igreja Católica de ser co-responsável, juntamente com a Monarquia, pelo atraso e pelo obscurantismo em que vivia o povo. Os actos que se descreveram inscreviam-se no registo de actos justiceiros contra quem sempre se tinha perfilado ao lado do regime que cessava.

O dia 5 ratificou os acontecimentos da véspera. A certeza da vitória da revolução em Lisboa causou na cidade emocionada um enorme entusiasmo pela mudança. A cidade aguardava agora a sua hora, comemorando a revolução republicana ao som de foguetes que anunciavam a festa. A “Capricho” e a “União” percorrem as ruas de Setúbal tocando a “Portuguesa”. O coro da multidão feliz a cantar o hino pressagiava uma nova era.

Ao entardecer, na varanda do edifício da Câmara ainda fumegante e sobre os escombros do incêndio, é proclamada a primeira Comissão Administrativa da Câmara Republicana, integrando alguns dos mais destacados dirigentes do Partido Republicano setubalense.



Versos do poeta popular Calafate. Coleção Fernando Marcos.

## DEPOIS DA REVOLUÇÃO – A QUEBRA DE SOLIDARIEDADE COM O MUNDO OPERÁRIO

Os dias e os meses que se seguem ao 5 de Outubro são marcados por duas realidades distintas. Por um lado, multiplicam-se as lutas dos trabalhadores para verem satisfeitas as suas reivindicações. Setúbal vai ser a cidade pioneira do fervor grevista, do combate sem tréguas pela satisfação da dívida que a República tinha contraído com as classes trabalhadoras. Dada a importância deste tema, o mesmo será tratado de forma autónoma no próximo capítulo.

Por outro lado, os dirigentes locais do Partido Republicano apressaram-se a ocupar praticamente todos os lugares da administração pública.

Estas serão as duas componentes fundamentais do novo mapa político: a onda gigantesca da população trabalhadora e o apetite do aparelho republicano pela hegemonia de poder.

De facto, todos os cargos que significavam autoridade e domínio, quer fossem locais, quer fossem de ligação directa ao poder central, foram ocupados um a um pelos principais dirigentes republicanos.

A República como que teme o vácuo de poder. Por isso se apressa na nomeação dos regedores das diferentes freguesias urbanas e rurais, tal como na nomeação de partidários seus para todas as outras funções administrativas: oficial de registo civil, chefe dos Correios e até a provedoria da Misericórdia. Da mesma forma, o cargo de Administrador do Concelho foi igualmente ocupado por um adepto da revolução. O domínio da máquina administrativa local é, deste modo, integralmente detido pelo PRP.

Assim ficavam para trás os tempos em que o PRP coabitava com os dirigentes operários e sindicalistas revolucionários setubalenses. Assim ficavam para trás os tempos em que o futuro se perfilava em conjunto e em que os republicanos não prescindiam do apoio do operariado para o triunfo próximo da República. Agora, no festim de poder pós-revolucionário, não encontramos qualquer dirigente operário em qualquer cargo, o que claramente indicia a separação entre o republicanismo e o radicalismo social em que aquele se tinha apoiado para o derrube da Monarquia.

Os herdeiros da máquina administrativa monárquica vão ser os comerciantes, as profissões liberais, os proprietários e os industriais. Nesta partilha não há lugar para qualquer assalariado, como se comprova pela composição da futura Comissão Administrativa:

Joaquim Brandão, procurador; Ezequiel Soveral Rodrigues, Arronches Junqueiro, Jorge Silva Fernandes e Manuel Silva, proprietários; José da Rocha e José Coelho, comerciantes, e os médicos Leão Azedo e Mendes Belo.

Do entusiasmo popular dos dias a seguir à implantação da República pouco sobrava e, de igual modo, os tempos que antecederam os dias 4 e 5 do Outubro setubalenses, tempos de profunda união e colaboração na ambição comum de erigir uma nova sociedade mais livre e solidária, depressa serão esquecidos e arquivados como memórias incómodas.

Logo a seguir à revolução ainda se terão ensaiado algumas formas de continuidade dessa aliança que parecia sólida.

O *Germinal* em finais de Outubro de 1910 louva a iniciativa do vereador Soveral Rodrigues que pretendia criar uma “Bolsa de Trabalho”, em conjunto com o movimento operário, com o objectivo de apoiar os desempregados e implementar um processo de formação profissional. Esta terá sido das poucas situações em que o novo poder se lembra dos seus anteriores aliados, apesar de se ter ficado apenas pelo campo das intenções.

No mesmo artigo o *Germinal* lembra que passada a euforia revolucionária é chegada a altura do operariado setubalense “pensar um pouco na melhoria da sua situação económica, não criando é claro, embaraços à jovem República que todos, com excepção dos que comiam à mesa do orçamento, temos empenho em consolidar e defender”.

O tom estava dado. Resolvida a questão política era, agora, necessário resolver a situação económica dos trabalhadores. É assim que, no próprio ano de 1910, grande número de assalariados setubalenses considera que chegou a hora de cobrar a parte que lhe cabia da participação no triunfo revolucionário.

Entre Outubro de 1910 e Dezembro do mesmo ano, há pelo menos uma dezena e meia de greves com destaque para as dos carroceiros, dos marítimos, dos manipuladores do pão, dos operários da Fábrica do Gás, dos trabalhadores rurais, dos caixoteiros, e dos soldadores de várias fábricas de conservas.

O movimento operário considerava ser legítima a exigência de melhores condições de vida, de trabalho, melhores salários que suportassem os níveis de inflação. Depressa irá, porém, verificar que os aliados de ontem não estão disponíveis para os diálogos de hoje.

*No festim de poder pós-revolucionário, não encontramos qualquer dirigente operário em qualquer cargo, o que claramente indicia a separação entre o republicanismo e o radicalismo social*

*O que antes se  
tinha classificado  
como acção  
revolucionária era  
agora denunciado  
como acto  
terrorista  
e anarquista*

De facto, os novos dirigentes do poder local estarão mais preocupados, após os primeiros tempos de impacto revolucionário, em encontrar um local para sede da Câmara Municipal e de todos os serviços administrativos e financeiros que tinham sido destruídos durante a noite de 4 de Outubro, do que em atender as reivindicações de um operariado que já tinha cumprido o que dele se exigia, ou seja, tinha apoiado a revolução quando tinha sido necessário. Vão, aliás, perceber que os aliados de ontem integrarão o principal obstáculo à estabilidade do novo poder alcançado, já que por parte dos partidos apoiantes da Monarquia não há qualquer oposição visível.

A impaciência e urgência do proletariado setubalense em ver tomadas medidas que impedissem o agravamento da sua precaríssima situação económica vão levar o jovem poder republicano a descartar-se, através da repressão de todos os compromissos assumidos. A conflitualidade começa a tomar grandes proporções.

Em 17 de Dezembro de 1910 o Administrador do Concelho explica a insuficiência da polícia cívica e sublinha que o “reforço do corpo militar é absolutamente preciso neste concelho”.

Nos dois primeiros anos após o 5 de Outubro, é feita pelo menos uma dezena de pedidos semelhantes para reforçar as forças da GNR, do Exército ou para melhorar o armamento. Os motivos são sempre os mesmos, “manutenção da ordem pública”, “protecção das fábricas”, “conseguir o patrulhamento e ocupação dos principais edifícios públicos”, e reproduzir-se-ão à medida que se constata que a situação de conflito se vai aprofundando.

Quando instada a escolher entre patrões conserveiros e a mole imensa das mulheres, moços e soldados, a República não hesita:

“Tenho com o pouco elemento policial de que posso dispor, protegido a liberdade de trabalho e direitos dos industriais, sem que até agora tenha havido alterações da ordem pública. Tem havido mais ou menos e continua havendo pequenas greves em várias fábricas de conservas que tenho conseguido solucionar, mas apesar de todas as minhas cautelas e trabalhos, pode de um momento para o outro levantar-se qualquer conflito grave e como já por diversas vezes tenho tido a honra de dizer a V. Ex.<sup>a</sup> para isso não tenho forças para a reprimir porque apenas disponho de 21 polícias só armados de terçado o que julgo incompetente para manter a ordem pública” (Administrador do Concelho, 6 de Novembro de 1912).

A situação mais conhecida e também a mais dramática ocorre na greve geral de Março de 1911 quando são mortos pela GNR um ope-

rário e uma operária. Este incidente foi considerado por toda a historiografia como o início de um divórcio definitivo entre o novo poder republicano e o mundo operário.

Depois destes acontecimentos as greves sucedem-se imparáveis. Algumas delas vão evidenciar um proletariado com um fôlego impressionante, isto é, com uma enorme capacidade de aguentar braços-de-ferro quer com a polícia quer com o patronato.

O que antes se tinha classificado como acção revolucionária era agora denunciado como acto terrorista e anarquista: “É preciso não esquecer que o elemento anarquista coadjuvado por outros elementos, lançaram fogo em 5 de Outubro de 1910 aos Paços do Concelho com o fim de queimarem a polícia ali refugiada, não conseguindo o seu intento por esta ter fugido pelos telhados mas tendo reduzido completamente a cinzas o vasto edifício e com ele todos os arquivos da Câmara, administração, repartição da fazenda e igualmente preciosidades insubstituíveis existentes nas bibliotecas e museu ali instalados. É preciso também não esquecer que pelo 14 de Maio se pretendeu aproveitar o acto revolucionário para repetir aqui em Setúbal idênticos actos, o que felizmente pôde ser impedido pela força pública. Convém ainda lembrar que estes antecedentes aliados ao escasso vencimento e às frequentes agressões à polícia tendo há pouco tempo um guarda sido anavilhado. É difícilimo o recrutamento da polícia de Setúbal onde existem sempre vagas pouco fáceis de preencher”. (Administrador do Concelho, 29 de Agosto de 1916).

A polícia tinha medo. Um medo aliás justificado dada a generalizada onda de desespero e indignação que a repressão e a incapacidade de diálogo com o patronato agudizavam como feridas abertas.

Mesmo aqueles que desde sempre tinham sido reconhecidos como republicanos radicais claudicavam no seu radicalismo perante a violência que se fazia sentir nos momentos de confronto.

Os casos de Paulino de Oliveira e de Ana de Castro Osório, conhecidos pelas suas posições de apoio incondicional às políticas sociais que a República propagandeara, são paradigmáticos, no sentido de evidenciar que nas situações de ruptura a cidade não permitia as águas mornas da ambiguidade.

Ligado por laços familiares ao patronato conserveiro, o marido de Ana de Castro Osório ver-se-á encurralado entre o que seriam as suas ideias sociais e os interesses patronais que aquela greve punha em causa. Nessa greve aparecerá na fábrica, tendo sido alvo de uma

*Mesmo aqueles  
que desde sempre  
tinham sido  
reconhecidos  
como republicanos  
radicais  
claudicavam  
no seu radicalismo  
perante a violência  
que se fazia sentir  
nos momentos  
de confronto.*

vaia monumental e quase apedrejamento. Usará da chibata para afastar as grevistas.

Neste contexto de radicalização exacerbada a cidade oferecia-se como um campo fértil aos ideais do sindicalismo revolucionário. Nas comunicações dirigidas quer ao governador civil quer aos regedores, o Administrador do Concelho é claro quanto ao perigo evidente que a específica situação de Setúbal configura: “Os anarquistas de Setúbal trabalham para a proclamação aqui de uma “Comuna Livre” e têm esperanças do mesmo poderem fazer na cidade de Faro”.

É sublinhada a existência de “forças do Exército fatalmente minadas por sindicalistas e anarquistas, que, nesta cidade que cognominaram a “Barcelona Portuguesa” (...) estão na grande maioria da população, na maior parte operária e toda sindicada em associação de classe”.

Em 20 de Abril de 1917, o Administrador do Concelho, recém-nomeado pelo Governo da “União Sagrada”, presidido por Afonso Costa, relata ao longo de várias páginas, num tom que raia o desespero, a situação social e política que a cidade então vivia.

“A greve em Setúbal é por assim dizer uma situação normal, quase sempre feita com prejuízo para os patrões e dirigida por forma mais ou menos violenta, visto os seus mentores serem sempre homens recrutados, notando-se que apesar da maioria do operariado não ser anarquista, é rara a associação de classe que na sua direcção não comporte pelo menos alguns daqueles elementos. Uma greve geral aqui é de fácil execução, impondo-se mesmo pela forma de organização operária. (...) Nas fábricas cada classe tem uma comissão de vigilância, que não deixa trabalhar quem não possuir bilhete da associação. E os patrões sujeitam-se, sob pena de greve na fábrica e a sua paralisação completa. As greves impondo aumento de salários são sempre declaradas quando as fábricas atestam de peixe e os patrões anuem desde logo aos aumentos.

O comércio teme por uma forma extraordinária o operariado. Sempre que este pensa em fazer qualquer manifestação pede ao comércio (não sei se será bem empregado o verbo pedir) para o acompanhar no seu protesto, na sua manifestação, e o comércio com medo de represálias, apressa-se a fechar os estabelecimentos, ou mesmo não os chega a abrir. (...) Assim como as greves se apresentam por vezes imprevistamente, os actos de sabotagem quando

os praticam, aparecem inesperadamente e mascarados por uma aparente disposição para o trabalho”.

A constatação iniludível do vigor do proletariado setubalense que a influência anarco-sindicalista robustece, a facilidade de levar a cabo uma greve geral, a “aliança” eventualmente coerciva entre o comércio e as organizações operárias, as estratégias grevistas – as greves explodem quando as fábricas estão repletas de peixe – a imponderabilidade dos actos de sabotagem, integram deste modo as preocupações da autoridade concelhia neste ano de 1917.

### **CONTROLAR A IGREJA – UMA CONFESSADA PRIORIDADE**

Tal como no resto do país também em Setúbal os dirigentes republicanos vão ter como uma das prioridades da sua intervenção o controlo da Igreja Católica.

Os exemplos dessa militância anticlerical e controladora são variadíssimos. Ou é um padre que não está em situação legal (falta de autorização da autoridade civil para o exercício do seu magistério), e é intimado a resolver essa situação, sob pena de encerramento da igreja, ou é a autorização que é necessária obter para que a igreja tenha as suas portas abertas até mais tarde em dia de procissão, ou ainda a análise atenta dos estatutos das diversas irmandades, ou, finalmente, a atenção posta para o cumprimento da lei da separação entre o Estado e a Igreja:

“Constando que alguns padres deste concelho por meio de catequeses conseguem chamar para a igreja crianças em idade escolar perturbando-lhes os cérebros com doutrinas para eles incompreensíveis, chamo a vossa atenção para o disposto no art.º 53 da Lei da Separação da Igreja do Estado, que determina: as crianças em idade escolar não podem assistir ao culto público durante as horas das lições” (Administrador do Conselho, 5 de Agosto de 1915).

O período sidonista irá atenuar esta conflitualidade entre a Igreja Católica e os representantes do Estado. Os republicanos setubalenses durante este período passam a mostrar maior tolerância religiosa, desaparecendo praticamente as situações de controlo.

Tinham-se já ouvido, aliás, vozes de discordância contra os excessos que a própria revolução testemunhara. As ligações Estado/Igreja configuravam para alguns republicanos da cidade matéria combustível que deveria ser tratada com tolerância e bom senso.

*Em Setúbal os dirigentes republicanos vão ter como uma das prioridades da sua intervenção o controlo da Igreja Católica.*

*Mas a Setúbal da guerra não é só a dos salários inflacionados e a dos bens açambarcados. A Setúbal da guerra é a Setúbal das crescentes deserções e das manifestações que contestam a participação de Portugal no conflito.*

## RESISTÊNCIA À PARTICIPAÇÃO NA I GUERRA MUNDIAL

A cidade de Setúbal sentiu de uma forma intensa a entrada de Portugal na guerra. Apesar da indústria conserveira ter tido um relativo recrudescimento nestes anos, a conflitualidade social mantém-se e a precariedade das condições de vida dos setubalenses é agravada de uma forma visível. Os preços de bens a retalho e particularmente os dos bens essenciais disparam.

O mesmo não acontecia com os salários. Estes mantinham-se inalterados, e se já anteriormente se revelavam escassos, agora eram completamente desconformes ao brutal aumento de custo de vida que se abatia sobre a população trabalhadora, particularmente a da indústria conserveira, caracterizada desde sempre pela exiguidade salarial.

A imprensa local refere-se amiúde às situações especulativas de açambarcamento que vão estar na origem da escassez de alimentos e da alta de preços.

Faltam bens essenciais como a farinha e o azeite. O mercado negro prospera, levando ao incumprimento dos preços tabelados, nomeadamente por parte das padarias. Há dezenas de pedidos e apelos dramáticos para o fornecimento de mais farinha, apontando situações de freguesias rurais em que não se fabrica pão há mais de quinze dias.

Apesar de alguns açambarcadores irem parar ao banco dos réus, o que denota alguma vontade dos poderes públicos em punir o desmando, a situação caracterizava-se por uma prática generalizada, difícil de conter, havendo uma manifesta e confessada impotência por parte das autoridades concelhias para a sua repressão, visível nos pedidos constantes de auxílio que são feitos para a intervenção da polícia cívica e da GNR, ou nas solicitações que são dirigidas ao próprio Estado central, no sentido de serem tomadas medidas eficazes contra a economia paralela que por toda a parte espreitava.

Quer os açambarcamentos, quer a alta especulativa de preços, quer a escassez de bens essenciais, vão ser alvo de acções directas por parte da população enfurecida que assalta armazéns, mercearias, carvoarias e padarias em situações de maior penúria. As greves, por outro lado, continuam a ser o terreno preferencial de luta face à desactualização dos salários que uma inflação pertinaz ia aprofundando.

Mas a Setúbal da guerra não é só a dos salários inflacionados e a dos bens açambarcados. A Setúbal da guerra é a Setúbal das cres-

centes deserções e das manifestações que contestam a participação de Portugal no conflito.

As situações de deserção começam a ser frequentes a partir do mês de Maio de 1917, aumentando a partir de Agosto desse ano. Entre Maio de 1917 e Agosto de 1918 são assinaladas pela correspondência do Administrador do Concelho mais de 50 situações de deserção, que a intimação para “apresentação imediata” nos quartéis tenta neutralizar. As notificações eram dirigidas às diferentes autoridades policiais das freguesias, assumindo a fórmula de “apresentação imediata no quartel do 11”. Também encontramos outras formas de correspondência, como por exemplo uma “ordem ao encarregado do posto policial do Pinhal Novo para ir prender dois desertores que estão a trabalhar em Águas de Moura”, ou ainda a que é endereçada em forma de recomendação, particularmente às forças policiais das freguesias rurais: “Recomendo o máximo rigor na perseguição e imediata captura de desertores, bem como o mais eficaz auxílio a qualquer autoridade policial ou militar encarregada daqueles serviços, devendo ser-lhes prestadas leal e prontamente todas as informações”. (A.C., 23 de Outubro de 1917).

Estas situações referem-se quase exclusivamente a soldados. Só por uma vez há um 2º sargento que está em condição de evasão. Para além da repressão aos desertores, estimula-se a denúncia estipulando prémios pecuniários para a prisão feita por soldados e forças da GNR.

“Na captura de desertores, responsáveis e cúmplices, que abundam, relativamente, pelos sítios deste concelho, empregamos uma coluna de três polícias desta cidade, que terão efectuada uma boa colheita, tendo só em desertores sido já entregues 14 ao poder militar. Este serviço é árduo, perigoso e dispendioso para os executantes, que não têm ajuda de custo pela câmara por estes trabalhos e apenas contam com a compensação recebida os 4\$80 de prémio estipulados pela lei por cada captura de desertor. (31 de Outubro de 1917 – Offício n.º 757 para o chefe do Gabinete do ministro da Guerra.)

Contudo, a luta contra a participação de Portugal na guerra não se circunscreve às deserções que dia a dia aumentam de número. A cidade manifesta-se, rebela-se activamente contra aquela participação, existindo registos de várias acções antibelicistas que apontam para a inutilidade do conflito, apesar da legislação que proíbe a propaganda antiguerra.

O ano de 1916 é o ano em que encontramos uma maior militância contra a intervenção portuguesa na guerra. O próprio quartel

do 11 vai ser alvo de distribuição de panfletos que exigem a saída de Portugal do conflito; outras distribuições vão realizar-se em vários pontos da cidade: “Na noite de 21 para 22 de Março de 1916 apareceram em Infantaria 11 e noutros pontos da cidade uns impressos de natureza contrária à intervenção na guerra, pelo que ordenei à polícia a apreensão dos mesmos, como uma investigação de forma a apurar quanto antes as respectivas responsabilidades”.

Esta comunicação do Administrador do Concelho dá ainda conta de outros ultrajes pacifistas, como por exemplo o discurso “antipatriótico proferido num funeral por José Artur Pena apelando às mães, filhas e namoradas que não deixassem participar na guerra os seus homens”. Refere ainda, no mesmo registo informativo, que “mandou prender três pessoas (2 homens e 1 mulher) por andarem a espalhar a falsa informação de que os casamentos estavam proibidos durante o período da guerra”.

Apesar desta contabilidade narrativa, o comandante do quartel do 11 mostrar-se-á indignado contra o que apelida de negligência na punição dos actos contra a guerra, não obstante as prisões realizadas e a emissão de mandados de captura.

Como já se referiu, o ciclo da guerra é marcado por um agravamento dos conflitos sociais.

A paisagem social da cidade deste período é habitada por greves violentíssimas que chegam a durar quarenta dias; por acções de *lock-out*, argumento definitivo da retórica patronal; pelos já referidos assaltos a armazéns, mercearias e padarias; por actos de sabotagem perpetrados contra várias fábricas de conserva; por atentados à bomba a que se junta a descoberta de dezenas de outras bombas prontas a serem accionadas; por várias e reiteradas acções com utilização de armas de fogo contra as forças policiais e mesmo para a resolução de diferendos entre o patronato e trabalhadores, ou ainda entre os próprios trabalhadores; por assaltos aos transportes de conservas destinadas à exportação, enfim, por um elevado número de conflituosidades que retratam de forma eloquente uma cidade inquieta, ácida, uma cidade armadilhada e pronta para explodir em qualquer momento.

O quotidiano setubalense no pós-guerra não se vai alterar significativamente, como é ilustrado pela continuação de uma grande litigância social. Continua a ser um quotidiano pesado e difícil, em que a República e em particular o Partido Democrático tinham deixado de ser confiáveis e tributários de apreço e lealdade.

## A ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

Afonso Costa, Bernardino Machado, António José de Almeida, Teófilo Braga, Manuel de Arriaga e muitos outros dirigentes republicanos nacionais desde o princípio do século tinham vindo várias vezes a Setúbal. Aqui haviam participado em conferências, em reuniões partidárias, em comícios ou em outras iniciativas públicas. Tinham relações políticas e pessoais com os dirigentes republicanos locais como atesta a correspondência pessoal entre eles.

A fragmentação do PRP nacional, após o 5 de Outubro, vai ter consequências também em Setúbal e reflecte o grau de proximidade dos dirigentes republicanos nacionais com os dirigentes locais, bem como uma sólida teia de fidelidades. A primeira cisão entre democráticos e evolucionistas terá reflexos imediatos na estrutura partidária concelhia.

Ao Partido Evolucionista aderem os mais destacados militantes republicanos setubalenses, com destaque para Joaquim Brandão, próximo de António José de Almeida. Seguem-no nesta militância partidária António Januário Carreira da Cunha, Arronches Junqueiro, Feio Terenas, César Basto Romano Baptista, Leonardo Duarte Júnior, Joaquim dos Santos Fernandes, todos velhos dirigentes republicanos destacados na luta contra a Monarquia.



---

Visita a Setúbal do dr. Bernardino Machado, aquando da inauguração do Albergue Nocturno. Bilhete-postal Ilustrado, 1911. Colecção particular Madureira Lopes.



Cartões de Identificação.  
Colecção particular Quaresma Rosa.

Joaquim Brandão, que é dos mais influentes republicanos locais, hegemoniza a máquina partidária e deste modo vai ter o apoio da maioria dos dirigentes e militantes de Setúbal. Vai ser o deputado que mais vezes é eleito por Setúbal, primeiro pelo Partido Evolucionista e depois pelos seus sucedâneos, Partido Liberal e Partido Republicano Nacionalista.

O Partido Democrático fica assim mais debilitado, sendo dirigido por Manuel Livério, um dos fundadores do Centro Republicano de Setúbal, e por Joaquim dos Santos Fernandes, Eduardo Mendes Belo e Francisco Fernandes.

No período logo a seguir à cisão vêm a Setúbal quer António José de Almeida quer Afonso Costa para reunir e traçar a estratégia de

intervenção com os respectivos apoiantes e para a inauguração dos novos espaços públicos de cada uma das formações partidárias.

Em termos locais as divergências entre evolucionistas e democráticos não são muito visíveis até ao pós-guerra. Os elementos dos dois partidos continuam a partilhar os principais órgãos do poder a nível local, nomeadamente as diversas comissões administrativas designadas após o 5 de Outubro.

A realidade política em Setúbal durante o período republicano em termos de forças partidárias é de facto diferente do país. Aqui o Partido Evolucionista é maioritário e a maioria da elite política local estará em consonância com o seu chefe, Joaquim Brandão. Desde o Governo camarário até à influente associação patronal, todos reconhecem a sua liderança.

Quando em Novembro de 1916 o Governo liderado por António José de Almeida pede informações sobre o grau de organização de estruturas de influência monárquica e ou religiosa em Setúbal, a resposta é bem interessante: “Devo informar V.E. que neste concelho não existem, com carácter definido jornais monárquicos, embora *O Trabalho* que se intitula socialista, *A Propaganda* que é o órgão da Liga de Propaganda dos Interesses de Setúbal e *O Elmano* que se diz independente e de que é director principal Afonso de Macedo e Castro por vezes terem sido injustos para com as leis da República e os seus homens. Centros e Associações monárquicos não existem, nem mesmo com o título de assistências ou outros, conquanto alguns monárquicos se contem e tenham mesmo alguma influência em agremiações diversas, mas de carácter não político. Também não existem centros ou associações católicas nem as denominadas juventudes católicas. Existem porém bastantes irmandades e uma instituição denominada “o pão dos pobres de Santo António” na freguesia de Santa Maria da Graça. Todas com carácter profundamente religioso mas não combativo. Existe é certo, em algumas igrejas, o ensino de doutrina às crianças dirigido pelos padres e sem coadjuvação, ostensiva pelo menos, de outros indivíduos. O meio não é próprio ao desenvolvimento de doutrinas monárquicas ou religiosas, porque encontram repulsão nas classes trabalhadoras onde o sindicalismo e o anarquismo assentam sólidas bases, o que incute receios aos elementos de outras classes incluídas (*sic*) aos princípios reaccionários. Isto não quer dizer que Setúbal não ofereça perigos noutras circunstâncias, pois sindicalistas e anarquistas são em geral os sem pátria e prontos sempre à desordem”.

*Até ao início dos anos vinte, o Partido Evolucionista e o seu sucedâneo Partido Liberal, liderado por Joaquim Brandão, continuam a hegemonizar a política local. No entanto esta situação é profundamente alterada a partir das eleições autárquicas de Novembro de 1922.*

José Bernardo Ferreira, nomeado Administrador do Concelho pelo Governo de António José de Almeida, seu correligionário do Partido Evolucionista, “ignora” que Afonso de Macedo e Castro é também dirigente do Partido Democrático; será, aliás, o último Administrador do Concelho, substituído de imediato pela Ditadura Militar. Subestima a organização monárquica e desvaloriza a organização/intervenção da Igreja Católica, centrando as suas preocupações no perigo anarquista.

A sua resposta a António José de Almeida é pouco rigorosa e pouco atenta, particularmente no que diz respeito à intervenção dos monárquicos locais. De facto, estes, apesar não terem uma intervenção pública com grande visibilidade, denotam uma actividade política intensa na cidade. Iniciam um processo de aproximação a velhos dirigentes republicanos com grande prestígio e já desiludidos com as governações republicanas nacionais e locais, como é o caso do médico e benemérito Paula Borba; tentam, por outro lado, mobilizar sectores mais jovens, como por exemplo Henrique Osório de Castro (filho de Ana de Castro Osório). Do mesmo modo, estabelecem cumplicidades com Associação Comercial e Industrial de Setúbal, cada vez mais preocupada com a incapacidade do poder republicano em restabelecer a ordem nas fábricas e a paz social na cidade. Já no consulado de Sidónio Pais, os monárquicos setubalenses começam a editar um quinzenário com o sugestivo nome de *Restauração* e com o subtítulo de “monárquico e integralista”. Este jornal tem uma preocupação profundamente ideológica, nele colaborando António Sardinha, um dos principais precursores do Integralismo Lusitano (protofascista). Preconiza a violência física como método de acção política e como paradigma de governação a “Monarquia orgânica tradicionalista antiparlamentar”.

Na terra de Bocage esgrime contra um Bocage “republicanizado”, atribuindo-lhe a responsabilidade “na decomposição da sociedade tradicional”, explicitando que “Bocage é um nome que simboliza inteiramente a anarquia intelectual e moral de espírito naturalista da enciclopédia (...) Falar de Bocage é recordar a decadência das nossas letras”.

No entanto, até ao início dos anos vinte, o Partido Evolucionista e o seu sucedâneo Partido Liberal, liderado por Joaquim Brandão, continuam a hegemonizar a política local. Contudo, esta situação é profundamente alterada a partir das eleições autárquicas de Novembro de 1922.

A estas eleições concorrem cinco listas representativas do conjunto das forças políticas setubalenses: o Partido Liberal, com António Caes Esteves; o Partido Democrático, com Francisco Fernandes; o Partido Reconstituente (cisão do Partido Democrático em 1920), com José Luís Costa; o Partido Monárquico, com Henrique Pereira e finalmente, uma Lista Independente a que se candidata José Cândido Godinho apoiado pelo jornal *Semana de Setúbal*. Este último, apesar de se dizer “independente”, integra uma candidatura do novo Partido Republicano Radical, que é fruto de mais uma cisão e recomposição do Partido Republicano.

O resultado das eleições foi relativamente inesperado e saldou-se pela vitória da lista do Partido Democrático, tendo sido eleito presidente da Câmara Francisco Fernandes e presidente do Senado Municipal o médico Pereira de Almeida. Os monárquicos ficaram em segundo lugar com apenas menos 177 votos, o que significou um reforço significativo do conjunto das forças conservadoras que os apoiava. Por sua vez o Partido Liberal sofreu uma pesada derrota, tendo sido afastado do Governo da cidade.

Estas eleições marcam o início da alteração da relação de forças partidárias no concelho e também aceleram um processo de degradação da vida política. Cria-se uma espécie de frente unida contra a governação do Partido Democrático, concretizado num acordo entre liberais e monárquicos para a governação das freguesias.

Na imprensa aparecem várias denúncias de nepotismo, roubo, má gestão, bem como acusações de que a Câmara dava emprego exclusivo aos militantes do Partido Democrático. O jornal *O Município*, surgido em Janeiro de 1923, apresenta-se como um jornal de “propaganda municipalista” e coloca-se na posição de alternativa a todos os partidos republicanos. É particularmente contundente na forma como se refere à nova vereação, classificando-a de “incompetente”, “pouco escrupulosa”, “suja”. Apresenta-a como uma “seita democrática”, formada por “semi-analfabetos” acusando os seus membros de “permanecerem repimpados *sovieticamente* nas infelizes cadeiras do senado”. Por sua vez *O Setubalense*, reportando-se ao progressivo reforço dos monárquicos, responde na mesma moeda, afirmando que os monárquicos recrutam, mesmo no campo republicano “toda a casta de escumalha e indesejáveis que são a vergonha e o opróbrio dos regimes”.

De resto, o jornal *O Município* incorpora um projecto claramente conservador que integra monárquicos e integralistas como

alternativa de poder, tendo como referência o fascismo emergente na Europa.

Logo no primeiro número é explicada a matriz do seu assumido *nacionalismo* como “um espírito novo que sopra sobre o mundo. (...) O que é o nacionalismo? A resposta mais cabal que ouvi dar a esta pergunta foi a que deu uma rapariga italiana a um jornalista que lhe perguntava, porque motivo se tinha feito fascista:

- Porque queriam que o meu país morresse, e eu não quero que ele morra” (*O Município*, 6/1/1923).

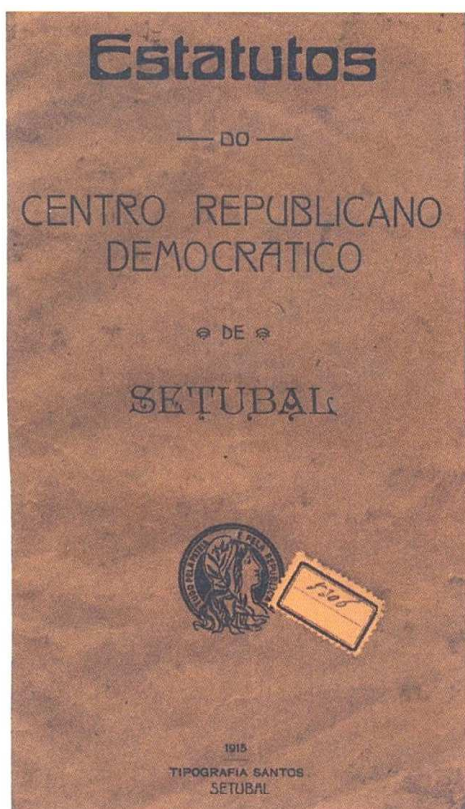
A partir de Janeiro de 1923 a instabilidade política aumenta. A contestação à Câmara é generalizada. Dos monárquicos aos radicais todos pedem a dissolução da Câmara. No final do mês de Janeiro o presidente do executivo acaba por ser substituído pelo vereador Carlos Trigo num acordo com as outras correntes políticas republicanas. Em 1924 há ainda nova recomposição da lista camarária desta vez hegemonzada pelos democráticos e monárquicos com um coro de protestos dos outros partidos que se reclamavam do republicanismo com particular destaque para o Partido Radical. Depois de vários rombos na governação, os democráticos acabam por ficar isolados e assim se apresentarão nas eleições seguintes.

As eleições municipais de Novembro de 1925 prolongam a crise política a nível local e são um exemplo claro de que a política do “vale tudo” era uma realidade, quando estava em causa o poder, ainda que partilhado.

A lista vencedora que se auto-denominava “lista do concelho” integrava elementos dos republicanos evolucionistas, liberais agora todos integrados no Partido Nacionalista, dissidentes do Partido Democrático, monárquicos, adeptos da “União dos interesses económicos”, alguns apartidários, um todo amalgamado num sincretismo de conveniência, com um único denominador comum – a partilha do poder local. A estas eleições concorrerá também o Partido Democrático, havendo ainda uma lista monárquica.

Os resultados eleitorais serão contestados por parte da anterior vereação dominada pelo Partido Democrático e na qual se integravam, de igual modo, outros elementos da “diáspora” republicana.

Este conflito só terminará em Janeiro de 1926, mas dele fica a imagem dos tempos que então corriam, e, sobretudo, das lutas renhidas por parcelas de domínio das máquinas administrativas do periclitante Estado Republicano, que perdia autoridade em cada dia que passava.



Estatutos do Centro Republicano Democrático.